



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15098/2023
Data do Início	21/07/2023
Folha	37
Rubrica	

REF: Recurso da empresa COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO DE AUDIOVISUAIS DE SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA - COOPAS referente à Concorrência Pública 02/2023.

À Secretaria Requisitante,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO DE AUDIOVISUAIS DE SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA - COOPAS**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente contesta, resumidamente:

- A incorreta análise técnica da sua proposta;
- A pontuação técnica das empresas LIRA FILMES, PARTNERS COMUNICAÇÃO e UP SOLUÇÕES.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

A empresa recorrente alega que sua proposta técnica foi incorretamente avaliada e que as empresas LIRA FILMES, PARTNERS COMUNICAÇÃO e UP SOLUÇÕES tiveram suas notas majoradas de forma equivocada.

À vista disso, devemos pontuar o seguinte:

Cabe uma breve análise da Lei nº 8.666/93, especificamente do artigo 30, II da Lei 8666/93 que entre outros aspectos, estabelece que a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se a mesma detém conhecimento, experiência tanto na parte técnica quanto na parte humana, que sejam consideradas suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado, senão vejamos:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15098/2023
Data do Início	21/07/2023
Folha	38
Rubrica	

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. ”

Considerando os recentes posicionamentos, para além das regras mencionadas na legislação, temos também os ditames trazidos pelo Tribunal de Contas da União:

“É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes). ”

Ou seja, ao que tudo indica, todos os parâmetros legais foram respeitados pelo instrumento convocatório, uma vez que a capacidade técnica trouxe quantidades determinadas, assim como o objeto (parcela de maior relevância) com sua justificativa presente no próprio edital.

Diante disso, podemos concluir que a comprovação da qualificação técnica guarda relação direta com o objeto da licitação, motivo pelo qual inclusive a Secretaria Requisitante é a responsável pela elaboração do texto integrante do instrumento convocatório, uma vez que detém conhecimento técnico para tal.

Ademais, foge da alçada desta especializada analisar as questões apresentadas, uma vez que não detemos de conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da discussão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	15098/2023
Data do Início	21/07/2023
Folha	39
Rubrica	

IV- DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, as empresas PARTNERS, UP SOLUÇÕES e LIRA apresentaram tempestivamente suas alegações.

V – CONCLUSÃO

No mérito específico das razões recursais apresentadas pela empresa COOPAS, esta comissão, considerando a matéria de Qualificação Técnica abordada pela Recorrente ser de suma importância e, ainda, por fugir da alçada desta especializada, resolve submeter o presente recurso à apreciação da Secretaria Requisitante.

Em 31/07/2023.

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS

Matr. 111.813

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS

Pregoeira